

V Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão

09 a 11/12/2019, FFLCH-SUP, São Paulo-SP

GT 17 - Pesquisa documental em prisões e instituições de internamento

Das delegacias ao presídio político: documentos, lacunas e rastros biográficos da ditadura de 1930 no Parque Estadual da Ilha Anchieta

Filipe Moreno Horta – PPGS/UFSCar

Resumo

Esta comunicação traz pela primeira vez resultados de pesquisa feita no campo das ciências sociais e história que tem por objeto o Presídio Político da Ilha dos Porcos (1931-1934), assim como as designações subsequentes de Colônia Correccional da Ilha Anchieta (1934-1939?) e Presídio Político da Ilha Anchieta (1939?-1942). No litoral de Ubatuba-SP e localizada na referida ilha, renomeada em 1934, tal instituição de encarceramento político e social possui arquivo que perpassou por golpes de estado, declarações de estado de guerra, rebeliões, descaso pela direção daquela prisão e o abandono por quase duas décadas até a criação do Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA). Esta fonte primária e suas lacunas foram combinadas com os documentos provenientes da então Delegacia Regional de Santos e do extinto Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), para o mesmo período. Portanto, esta comunicação pretende expor algumas questões: a) observação geral sobre a quantidade e tipos de documentos remanescentes da antiga prisão para cada ano do recorte, assim como suas potencialidades e dificuldades para uma reconstrução do cotidiano; b) observação sobre as lacunas e a preservação dos diferentes documentos e suas instituições produtoras, pautando seus contextos de exceção e violação de direitos e repressão policial; c) por fim, os rastros entre a delegacia e prisão que permitem a reconstrução de biografias e conjunturas daquele período histórico. Esta pesquisa de doutoramento, com defesa prevista para fevereiro/2020, se apoia sobre os documentos presentes no arquivo morto do PEIA, que corresponde a 4.019 folhas para o recorte, e em diversos fundos e acervos do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

Palavras-chave: arquivo, presídio político, ditadura, interventoria, Ilha Anchieta.

Introdução

Carlo Ginzburg, em seu ensaio *Sinais* (2009), menciona especulativamente sobre a percepção, assimilação e difusão do conhecimento do caçador, ator apto a narrar uma história através de sua capacidade de ler as pistas mudas deixadas por sua presa, interpretando assim todo um conjunto de eventos que não presenciou. O paradigma indiciário, abstraído de suas distintas faces disciplinares e momentos temporais de sua utilização, caracteriza-se por uma ação cognoscitiva, atitude orientada de interpretação de fenômenos superficiais, buscando existência de uma profunda conexão que os explicam. A partir de abordagens comparativas, classificativas e analíticas sobre as características individuais e infinitesimais, passa ser possível inferir as causas a partir da observação sistemática dos efeitos, sobretudo casos individuais, passíveis de serem reconstruídos inteligivelmente através de *pistas*, *sintomas* e *indícios*. E para o autor, se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas que, através dessas mesmas *pistas*, permitem que seja decifrada.

E o que pode ser mais opaca que a história e o arquivo documental de uma prisão? E de uma instituição carcerária que em dois momentos serviu como peça fundamental na dinâmica de exceção política? Ainda, de um presídio que operou há mais de sete décadas e situado em uma ilha, sujeito às intempéries da distância, rebeliões, abandono e da maresia? Além, o que esperar de um espaço social e político que coexistiu com um governo federal e estadual provisórios (1931-1934), com uma “Lei de Segurança Nacional” (1935), quatro declarações de estado de sítio e guerra (entre 1935 a 1937) e por fim, um golpe militar que pôs fim ao regime constitucional (1937-1945)? E mais, com uma prisão que não possuiu regulamento? Lidando com acervos tão incompletos, como pode ser turva a visualização superficial da antiga prisão, das delegacias de polícia e dos prontuários de centenas de atores privados de suas liberdades e garantias individuais? Portanto, as atividades de pesquisa foram, são e serão um constante olhar para as *pistas* e os *rastros* deixados em múltiplos e difusos documentos produzidos por tais instituições, buscando reconstituições de histórias individuais e coletivas em um período denso, heterogêneo e repressivo da história estadual e nacional.

Para tentar compreender o que foi, como operou e a que – e quem – serviu aquelas distintas formas de espaço de aprisionamento, principalmente os presídios políticos que lá operaram, esta pesquisa e comunicação se apoia sobre os documentos presentes no arquivo morto do Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA)¹ e nos diversos fundos e acervos do Arquivo

¹ Esta pesquisa foi possível a partir de projeto aprovado pela Comissão Técnico-Científica da Secretaria do Meio Ambiente e do Parque Estadual da Ilha Anchieta (Processo COTEC/SMA n.º: 260108-003.692/2016).

Público do Estado de São Paulo (APESP)², interessando aqui, principalmente, compartilhar os documentos de um acervo ainda pouco conhecido e pontuar os processos de pesquisa e tratamento do material, mais do que focar nas discussões multidisciplinares que os temas suscitam.

A ditadura de 1930 e o Presídio Político da Ilha dos Porcos

Segunda-feira, 03 de novembro de 1930, o ex-ministro da Fazenda e então governador eleito do Rio Grande do Sul, Getúlio Dornelles Vargas, tomou posse como “Chefe do Governo Provisório” brasileiro após o golpe finalizado pela Aliança Liberal em 24 de outubro daquele mesmo ano. Uma semana depois, por decreto, o governo subtraiu para si todas as atribuições do Poder Executivo e Legislativo (art. 1) e a competência por todas as nomeações e demissões de funcionários públicos; dissolveu todos os órgãos legislativos e deliberativos do país (art. 2), suspendeu as garantias constitucionais e excluiu a apreciação judicial dos atos do governo federal e de interventores (art. 5); ainda, excluiu a possibilidade de *habeas corpus* para crimes políticos ao garanti-lo apenas a “crimes comuns” (art. 5) e instituiu a nomeação de interventores federais nos estados (art. 11)³.

Chamar aquele governo de “ditadura” e seu “Chefe Provisório” de “ditador” não foi recurso linguístico adotado apenas pelos deputados da Assembleia Constituinte de 1933-1934⁴. Em outubro de 1931, alinhado a Getúlio Vargas e então comandante da Força Pública de São Paulo, general Miguel Costa comentou:

Ora, se os interventores nas diversas unidades da Federação são méros delegados do chefe do governo provisório, quem é solidário com o **ditador** é também, “*ipso facto*”, solidário com os seus mandatários nos diferentes Estados. (grifo meu).⁵

Uma semana depois, o então ministro da Guerra, coronel José Fernandes Leite de Castro deu declaração a respeito da “inoportunidade da Constituição”:

² Em relação ao APESP destaco aqui: Fundo Laudo Ferreira de Camargo (FLFC) e dois acervos que compõem o Fundo da Secretaria da Segurança Pública: o da Academia de Polícia (ACADPOL) e o do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS).

³ BRASIL. Decreto nº 19.398, de 11-11-1930. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19398impressao.htm>, acesso em 07 ago. 2019. Boris Fausto refere-se ao sistema político do período 1930-1945 como “ditadura autoritária”, sendo o Governo Provisório uma ditadura “informal”, em contrapartida ao Estado Novo, uma ditadura “formal” (FAUSTO, 2015, p. 23).

⁴ Para alguns casos ver BRASIL (1935).

⁵ “O general Miguel Costa licenciou-se do comando da Força Pública. Em entrevista aos “Diários Associados”, o antigo comandante da Coluna Prestes dá as razões do seu gesto”. Data anotada por Laudo Ferreira de Camargo, 16-10-31 (APESP/FLFC, 117.4.4, folha nº 55). Todas as transcrições serão *ipsis litteris*.

[...] prematura a volta do país ao regimen constitucional. A revolução ainda não realizou de modo integral a sua obra e a constituição viria impedir fatalmente que o dr. Getulio Vargas pudesse concluir o seu enorme programa [...] **A constituição deve vir e virá porque nenhum de nós deseja e eternização da ditadura** nem tem estultas ambições de mando. (grifo meu).⁶

Naquele mesmo ano em São Paulo, as tensões entre o Partido Democrático (PD) e os “tenentistas” alinhados ao governo central estavam em alta. Em 25 de novembro do ano anterior, o coronel pernambucano João Alberto Lins de Barros assumiu a interventoria paulista⁷ e no dia seguinte desmembrou a Delegacia Revolucionária nas delegacias de Ordem Política de Ordem Social, com ambos delegados e o superintendente nomeados pelo chefe de polícia⁸. Dez dias depois de João Alberto assumir, Vicente Raó (PD) foi exonerado, provocando pedido demissão coletiva do secretariado em seu apoio⁹. No mesmo dia foi extinta a figura do “Chefe de Polícia” e de seu gabinete, passando o Secretário da Segurança Pública a indicar diretamente um superintendente e os delegados chefes das delegacias de Ordem Social e Ordem Política¹⁰. Por fim, foi criada a Secretaria da Segurança Pública, desmembrando-a da Justiça¹¹, sendo indicado o já comandante da FP-SP, general Miguel Costa.

No primeiro mês de 1931, um decreto do interventor determinou que fosse criado um Presídio Político no estado¹². Se o dispositivo jurídico não era específico sobre o local da nova prisão, os movimentos nos bastidores não deixaram dúvidas. Após sete dias, a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior recuperou o Auto nº 4.007, travado há mais de dois anos, autorizando a execução do orçamento para reforma das instalações da Ilha dos Porcos, assinado

⁶ “Uma entrevista do general Leite de Castro aos “Diários Associados”. O ministro da Guerra refere-se, entre outros pontos, á necessidade dos partidos nacionais e á inoportunidade da Constituição”. Data anotada por Laudo Ferreira de Carmargo, 24-10-31 (APESP/FLFC, 117.4.4, folha nº 163).

⁷ Participou da revolta tenentista de 1924 e da Coluna Miguel Costa-Prestes. Junto ao Gen. Isidoro Dias Lopes, Alberto foi um dos principais chefes militares da Aliança Liberal, sendo interventor em São Paulo de novembro de 1930 a julho de 1932.

⁸ ALESP. Imprensa Oficial. Decreto nº 4.777, de 26-11-1930. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=71939>>, acesso em 07 ago. 2019. Todo o complexo histórico de alteração das leis estaduais referentes ao extinto Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) ver Aquino *et al.* (2001).

⁹ Tornando-se membro do Partido Constitucionalista (PC), Vicente Rao foi nomeado ministro da Justiça em 1934, sendo responsável pela criação da “Lei de Segurança Nacional” (1935), pelo fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e criação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (1936). Deixando o governo em janeiro de 1937, foi preso em março de 1940, qualificado como “integrado na conspiração, intelectual de notáveis recursos”, denunciado por pertencer ao grupo “armandista”, que visava um golpe no estado (APESP/DEOPS, prontuário nº 9.268).

¹⁰ ALESP. Imprensa Oficial. Decreto nº 4.790, 05-12-1930. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=72400>>, acesso em 07 ago. 2019.

¹¹ ALESP. Imprensa Oficial. Decreto nº 4.789, 05-12-1930. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=72396>>, acesso em 07 ago. 2019.

¹² ALESP. Imprensa Oficial. Decreto nº 4.858, 28-01-1931. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=132078>>, acesso em 07 ago. 2019.

em fevereiro por Alberto Coutinho, Secretário da Viação e Obras Públicas¹³. Até aquele momento, o “Presídio da Imigração” servia como único local formalizado de reclusão para os “presos políticos” desde os conflitos tenentistas de 1924, mencionado então nas despesas ordinárias para 1931¹⁴.

Porém, a 07 de abril, após um manifesto pedindo autonomia estadual e a convocação de uma constituinte, Vicente Raó e outros membros do PD foram presos, houve a invasão de sedes do partido e do seu “órgão” oficial, o “Diário Nacional”, por suspeita de conter armamentos¹⁵. Um segundo movimento foi três semanas depois, em 28 abril, que uniu delegados de polícia, oficiais da FP-SP e o comandante da 2ª Região Militar (RM), general Isidoro Dias Lopes: a “intentona paulicéa”¹⁶ foi contida rapidamente, levando à prisão mais de duzentos integrantes¹⁷. Neste episódio, Aureliano Leite, que havia sido delegado revolucionário, foi recolhido a uma cela privada no Presídio da Imigração¹⁸, Paulo Duarte se retirou para o interior do estado e foi definida ida do general Góes Monteiro para o comando da 2ª RM. Apesar da vitória da interventoria, o desgaste político de João Alberto e o acirramento das relações com Miguel Costa levaram o interventor a exonerar-se em 24 de julho¹⁹, assumindo em seguida um ministro do Tribunal de Justiça de São Paulo, Laudo Ferreira de Camargo, “civil e paulista” que pleiteou a anistia política aos paulistas envolvidos na “sedição”, perdão concedido por Getúlio Vargas “a todos os civis e militares direta ou

¹³ O Auto nº 4.007, de 27-09-1928, requereu Rs 400:000\$000 para as reformas das dependências da antiga Colônia Correccional, desativada em 1914. Em 05-01-1929, foi publicada a transferência do Instituto Correccional de Taubaté para a ilha, liberando 300 contos de réis – dos quais, efetivamente liberados, 286 contos de réis. Porém, seis meses depois, em 17-07-1929, há relato no próprio Diário Oficial de que as reformas não haviam começado e, em 1930, a única movimentação foi o pagamento do zelador da ilha, o funcionário civil Armando Bohn em 02-10-1930. Enquanto 1929, sete textos no Diário Oficial trataram da ilha, em 1930 foram três, contra mais de quarenta em 1931. Além, documentos encontrados em processos da Secretaria da Justiça (FSJ/APESP) demonstram que o Instituto Correccional de Taubaté continuou em funcionamento nos primeiros anos de 1930. Reforçam esta posição uma comunicação de 1935, quando o então diretor major Newton Santos afirma ao secretário da Segurança Pública que “esta Colonia foi creada em 1931 e que nosso archivo data de mesma epocha” (PEIA, radiotelegrama nº 5/100, 23-02-1935).

¹⁴ ALESP. Imprensa Oficial. Decreto nº 4.860, 28-01-1931. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=132080>>, acesso em 09 ago. 2019.

¹⁵ Em informe reservado ao Delegado de Ordem Social, 19-03-1931, “F.6” afirma: fui informado que n’um possível empastellamento do Diário Nacional, os elementos atacantes seriam recebidos á bala. Haverá alli dentro armamento?” (APESP/DEOPS, prontuário nº 70.719, f. 1).

¹⁶ FOLHA DA NOITE, nº 3.188, ano 11, São Paulo, terça-feira, 09-06-1931, p. 10.

¹⁷ CPDOC/FGV. Verbete “Alberto, João”, disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-alberto-lins-de-barros-1>>, acesso em 09 ago. 2019.

¹⁸ APESP/DEOPS, prontuário nº 40.546, v. 1, f. 232.

¹⁹ Miguel Costa foi exonerado da Secretaria da Segurança Pública no mesmo dia, mas permaneceu no comando da FP até ser exonerado pelo interventor Pedro de Toledo em 1932. Em 19 de agosto de 1931, Miguel Costa foi homenageado no Quartel General da Força Pública, com a presença dos delegados da capital, com discursos de agradecimento de Antonio Braulio de Mendonça Filho, em nome da Polícia Civil, e do major Cordeiro de Faria, secretário da Segurança Pública que assumiu seis dias antes (APESP/ACADEPOL, caixa 766, prontuário s/n).

indiretamente implicados em movimentos sediciosos [...] até esta data, ficando em perpetuo silencio o processo relativos aos mesmos”²⁰.

Foi diretamente relacionado a tal contexto que uma das primeiras notícias vinculadas na imprensa sobre o novo presídio político surgiu. Em 19 de maio de 1931, o diário vespertino “Folha da Noite” afirmou, talvez sarcasticamente:

A Ilha dos Porcos vai ser transformada em presidio politico. O general Miguel Costa [...] está vivamente empenhado em transformar o antigo presidio da **Ilha dos Porcos** em prisão politica, adaptando-o com as exigências modernas, Serão construídos, ao que sabemos, campos experimentaes de educação physica para que os asylados politicos possam, querendo, entregar-se a esse gênero de exercício (grifo meu)²¹.

Dois dias depois, “A Gazeta”, “órgam” do Partido Republicano Paulista (PRP), replicou matéria do jornal carioca “Correio da Manhã”:

Como são tratados os presos politicos em S. Paulo

Por deliberação do Secretario da Segurança Publica, a Ilha dos Porcos vai ser destinada a uma concentração de presos politicos. Mas não é só. Entra no programa dessa iniciativa a criação de uma colônia agrícola naquela ilha. [...] Se não há exagero ou infidelidade na informação que circula como oficial o sr. Getulio Vargas deve interpelar o sr. João Alberto sobre esse [ilegível] de tratar homens que ainda não foram condenados por nenhum juiz ou tribunal²².

Em 09 de junho de 1931, o “Folha da Noite” replicou notícia do “Diário Carioca”, matéria assinada por Eduardo Macedo Soares:

A amnistia aos responsaveis pela intentona de abril

O general Miguel Costa [...], pediu ou vae pedir ao chefe do Governo Provisorio uma amnistia que abranja os officiaes de policia responsaveis pela ultima intentona Paulicéa [...]. Mas a medida pleiteada abrangeria não apenas os presos da **Ilha dos Porcos**, o seu maior alcance estaria em libertar a multidão indeterminada dos politicos e funcionarios do antigo regime que ha 7 mezes supportam o castigo da interdicção [...] (grifo meu)²³.

Porém, não há informações que confirmem a ida efetiva desses “presos políticos” para a ilha, sejam aqueles do golpe de 1930 ou os de abril de 1931. Segundo notícia no Diário Oficial, a ida do diretor major Newton de Feliciano Santos²⁴ com os primeiros presos e militares

²⁰ Artigo 2º do decreto de 23-10-1931, de acordo com matéria do jornal “Diario de S. Paulo, 24-10-1931 (APESP/FLFC, 117.4.4, f. 166).

²¹ FOLHA DA NOITE, nº 3.170, ano 11, São Paulo, 19-05-1931, terça-feira, p. 4.

²² A GAZETA, nº 7.583, São Paulo, 21-05-1931, terça-feira.

²³ FOLHA DA NOITE, nº 3.188, ano 11, São Paulo, terça-feira, 09-06-1931, p. 10.

²⁴ Em 01 de janeiro de 1931, já com patente de Major, foi nomeado ao cargo de Delegado de Mogi das Cruzes (IMPrensa Oficial, Diário Oficial, 01-01-1931, p. 7). A única referência biográfica sobre este importante personagem é de 1935: “Newton de Feliciano Santos, Diretor, brasileiro, com 34 anos de idade, casado” (PEIA, radiotelegrama nº 5/128, 04-03-1935).

da Força Pública ocorreu em julho de 1931²⁵. Porém, as duas primeiras menções que citam um possível funcionamento são de junho: na seção “Tribunal do Jury”, em expediente do dia 15, o promotor pediu ao delegado geral informações sobre a prisão de João Paulino e Joaquim Pinto, “pacientes que alegam terem sido remetidos para a Ilha dos Porcos sem motivo legal”²⁶. Ainda, é possível precisar pelo livro de matrículas que nos dias 11, 14 e 17 de junho, ao menos sete deram entrada no presídio, dando início a mais um episódio para aquele local.

1. O arquivo morto do Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA)

Tabela 1 - Histórico das instituições prisionais na Ilha Anchieta, Ubatuba-SP

ANO	INSTITUIÇÃO
1907-1914	Colônia Correccional Porto das Palmas
1931-1934	Presídio Político da Ilha dos Porcos
1934-1939?	Colônia Correccional da Ilha Anchieta
1939?-1942	Presídio Político da Ilha Anchieta
1942-1953	Instituto Correccional da Ilha Anchieta
1953-1955	Colônia Agrícola da Ilha Anchieta
1956-1961?	Serviço Social de Menores

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Com o fim do Serviço Social de Menores, nos anos iniciais da década de 1960²⁷, a Ilha Anchieta passou por relativo período de abandono, assim como suas estruturas e respectivos conteúdos até a criação do Parque Estadual em 1977. Fotos daquela época, mas de data precisa ainda indeterminada, mostram as pilhas documentais amontadas em prateleiras e no chão do pavilhão da antiga administração prisional, sujeitas às mais diversas ações daqueles que por lá passavam. Hoje, todos os documentos da antiga prisão e da atual administração do PEIA estão concentrados no “arquivo morto”, que ocupa as antigas salas conjugadas da “Alfaiataria” e da “Arrecadação”, segundo a organização do antigo Instituto Correccional da Ilha Anchieta (1942-1953).

²⁵ IMPRENSA OFICIAL, Diário Oficial, 16 -03-1933.

²⁶ IMPRENSA OFICIAL, Diário Oficial, 16-06-1931, p. 5197.

²⁷ A partir de diversos documentos é possível precisar que: em 31-08-1953, o ICIA foi transformado em Colônia Agrícola e permaneceu em funcionamento até 03-09-1955, quando foi decretada sua extinção e remoção da população encarcerada. No mesmo dia foi lido um discurso na ilha consolidando o fechamento da prisão, e com a transferência de 155 aprisionados para Taubaté. Entretanto, no mesmo mês, foi definido que doze deles permaneceriam na ilha, sob direção de Fausto Sadi Ferreira. Em 22-03-1956, foi decretada a transferência da administração da ilha, da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, para a Secretaria de Justiça e Negócios do Interior, com o propósito de que a propriedade fosse utilizada no Serviço Social de Menores, podendo ser encontrados documentos de papel timbrado desta instituição para os anos de 1958, 1960 e 1961.

Figura 1 – Fotos dos documentos: provavelmente fotos do final da década de 1970



Fonte: PEIA.

Com um histórico que abarca desde a ocupação Tupinambá, a presença de população escravizada e caiçara, assim como a existência de um espaço carcerário destinado a distintas formas de aprisionamento ao longo de mais de meio século a, por fim, transformação em Unidade de Conservação (UC), poucas pesquisas nas áreas de ciências humanas trataram deste complexo objeto histórico. O primeiro trabalho técnico a resgatar parcialmente o histórico de ocupação é o relatório do Plano de Manejo do PEIA, que traz informações prospectadas a respeito da ilha remontando-a desde o século XVII (GUILLAUMON *et al.*, 1989). Dando sequência, dez anos mais tarde as contribuições da bióloga Maria de Jesus Robim (1999) ao referido plano de manejo foram somadas, período também que, em 2002, a arqueóloga Sandra Amenomori identificou em quase todas as praias da ilha artefatos relacionados à tradição tupi-guarani (ROBIM *et al.*, 2008).

Paralelamente, no âmbito das ciências humanas, os primeiros trabalhos monográficos – e ambos sobre a rebelião de 1952 – foram os de Vinicius Panazzollo (2002) e Marcos Pasquantonio (2002). Porém, ao contrário das pesquisas em ciências biológicas e ambientais que se multiplicaram no PEIA, as pesquisas em ciências humanas lá desenvolvidas passaram a ser produzidas em centros de pesquisa públicos apenas na última década, abrangendo a sociologia (HORTA, 2011, 2013)²⁸, museologia (AMARAL, 2017) e mais recentemente uma pesquisa em andamento em arqueologia²⁹. Mas não exclusivamente, memorialistas e militares

²⁸ E neste universo, a única pesquisa documental que utilizou amplamente os documentos do arquivo morto do PEIA são as de Horta (2011, 2013). A pesquisa feita na graduação e atualmente no doutorado foram possíveis através de parecer favorável da Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal e Secretaria do Meio Ambiente (COTEC/IF/SMA), assim como do Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA).

²⁹ Como é o caso da pesquisa em andamento de Rosivânia de Castro Aquino, doutoranda em Arqueologia (USP) e com o projeto “O corpo que me aprisiona: arqueologia das corporalidades no universo prisional brasileiro – Ilha Anchieta (1930-1955)”. Publicações sobre o histórico da ilha a partir de outras fontes também têm sido publicadas, como o documentário de Mario Jun Okuhara (2012), a contribuição analítica de Fernando Salla (2015) e a pesquisa de Dirceu Franco Ferreira (2016), ambas sobre a rebelião de 1952.

também escreveram sobre a ilha e há mais tempo, como o ex-almojarife José Teixeira Pinto (1964), o ex-aprisionado Ary da Silva (1981), o ex-diretor do Instituto Correccional da Ilha Anchieta (ICIA) e oficial da Força Pública, Paulo Vianna (1986, 1987), as memórias de um ex-cabo transcritas por sua irmã Augelani Franco (2001) e as obras dos policiais militares da reserva, Samuel Messias de Oliveira (2001, 2005) e Jorge Cocicov (2017). Próximo a este universo também destacam-se a interessante crítica feita na Revista Anhembi por Paulo Duarte (1952), a análise militar feita pelo coronel Edilberto de Oliveira Melo (1979) e a parcial e deliberadamente incompleta narrativa do delegado Benedito Nunes Dias (1984)³⁰.

1.1 A documentação do PEIA para 1931-1942

Figura 2 - Arquivo morto do PEIA - 2011 e 2017



Fonte: Fotos do arquivo pessoal do autor.

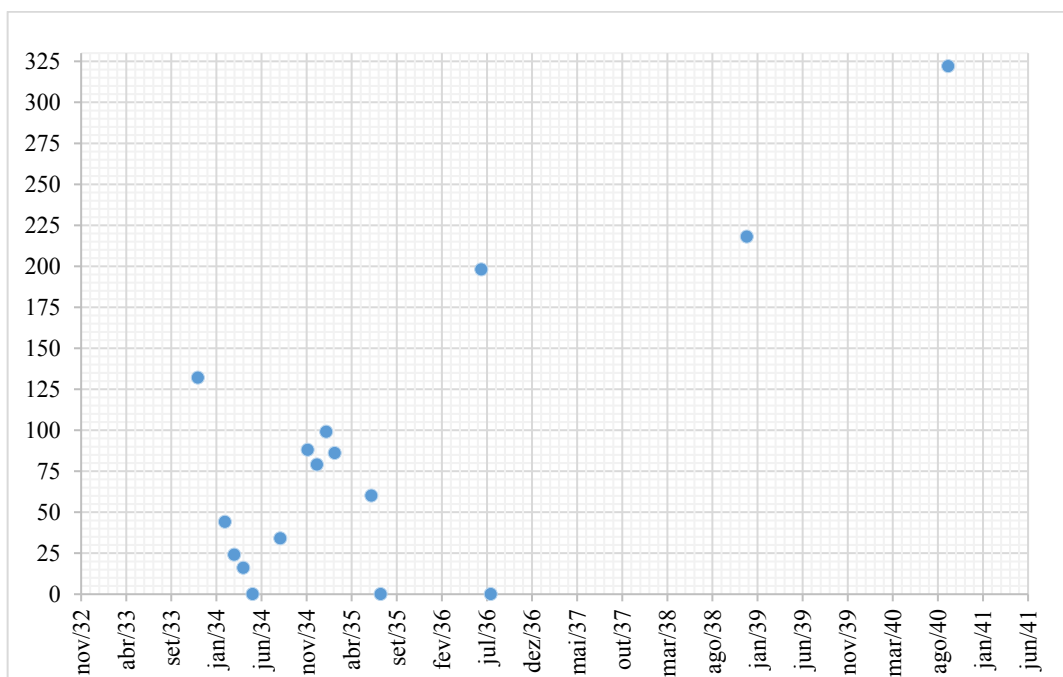
Ao todo, 4.019 folhas de documentos permaneceram preservadas. Do montante, 3.759 (93%) são cópias ou minutas de radiotelegramas, enviados ou recebidos. Dentro deste segundo recorte, 2.865 (76%) são os enviados. Há uma diferença básica entre a documentação de 1930-1940 para a de 1940-1960: para a primeira parte, quase toda sua totalidade são radiotelegramas e em sua maior parte apenas os enviados, o que aprofunda o caráter parcial e incompleto da comunicação; para a segunda parte, há uma quantidade maior comunicação interna: da seção penal há mapas populacionais por “pavilhão”, escalas de turmas de trabalho, listas com sentenças e tempos de pena, comunicações de falta e revistas; das partes administrativas, livros especiais do almoxarifado e contabilidade, listas de funcionários civis e militares, consumo de vestuário, alimentação básica; há também as comunicações do

³⁰ Como apontei em minha dissertação (HORTA, 2013), o referido delegado, ao contrário de todas as informações disponíveis a respeito de Álvaro Fernando da Conceição Carvalho Farto (conhecido amplamente como “Portuga”) desde a década de 1950 e assim como das estatísticas oficiais, não cita Álvaro e refere-se a contagem de 452 aprisionados quando, sabidamente desde o dia posterior à rebelião, o número oficial era de 453.

comandante do destacamento e das professoras da escolinha, direcionadas ao diretor; há também ordens expedidas pela diretoria aos seus subordinados etc.

Mas mesmo com as características particulares do primeiro grupo de documentos, através dos radiotelegramas foi possível observar aspectos importantes do cotidiano naquele espaço e observar algumas dinâmicas como, por exemplo, quando é feita a reconstrução da oscilação da população aprisionada:

Gráfico 1 - Oscilação da população aprisionada (1933-1941)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do arquivo morto do PEIA.

Há também 75 folhas de documentação diversa, tais como fichas de serviço, sindicâncias, manual da Força Pública, requerimento de instalação de estação radiotelegráfica etc. As demais 185 compõem um dos mais relevantes documentos do recorte, um livro incompleto de matrícula de entrada e saída de aprisionados para os anos de 1933, 1938 e 1939³¹.

³¹ Não possui capa e as primeiras páginas estão em falta, assim como diversas letras em sua totalidade: B, K, L, M, N, O, Q, X, W, Y, Z.

Tabela 2 - Descrição geral dos documentos por ano³²

Ano	Enviados	Recebidos	Outros	Total	Ano
Livro de matrícula	—	—	185	185	Livro de matrícula
1931	0	0	0	0	1931
1932	0	0	0	0	1932
1933	99	0	0	99	1933
1934	276	0	0	276	1934
1935	879	378	0	1.257	1935
1936	0	0	46	46	1936
1937	0	0	6	6	1937
1938	380	0	2	382	1938
1939	0	0	3	3	1939
1940	959	0	14	973	1940
1941	0	0	4	4	1941
1942	272	516	0	788	1942
TOTAL	2.865	894	260	4.019	TOTAL

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do arquivo morto do PEIA.

Tal documento em suas folhas trazem campos para informações diversas: “nome”, “data de entrada”, “artigo”, “juízo criminal vara”, “pronuncia” e “julgamento”, “local do delito”, “comportamento”, “sahida”, “penitenciaria pena” e “observações”.

Figura 3 - Livro com entradas e saídas para 1933 e 1938

NOME	ENTRADA		PRONUNCIA	Outros	Linha do Livro	SAÍDA		OBSERVAÇÕES
	Dia	Mês				Dia	Mês	
Walter Fernandes da Silva	22	ago	329	0	17	ago	329	...
Wanderley Braccini	3	ago	243	0	7	ago	243	...
Waldemar Junior	10	ago	...	0	9	ago
Waldemiro Gonçalves	5	ago	18	0	7	ago	18	...
Vicente de Almeida	26	ago	283	0	20	ago	283	...
Virgílio de Barros	7	ago	...	0	31	ago
Vicente Bracci	21	ago	...	0	15	ago
Vicente de Almeida	19	ago	...	0	15	ago
Wenceslau José dos Santos	19	ago	...	0	9	ago
Waldemar dos Santos	19	ago	...	0	9	ago
Victor de Souza Freitas	19	ago	...	0	9	ago

Fonte: PEIA. Foto do arquivo pessoal do autor.

Porém, o que se vê de forma sistemática é: o quadrante “artigo” é utilizado para anotação do “Registro Geral” e, para estes casos, são correspondentes aos identificados no

³² A ordem dos anos por quantidade, excetuando o livro de matrículas da contagem, é: 1935 (1.257), 1940 (973), 1942 (788), 1938 (382), 1934 (276), 1933 (99), 1936 (46), 1937 (6), 1941 (4), 1939 (3) e com nenhuma ocorrência aos anos de 1932 e 1931.

Serviço de Identificação do Gabinete de Investigações, quando presos pelas múltiplas delegacias de polícia; o campo “julgamento” é destinado a anotações sobre “cúti”/“côr”, “idade”, “naturalidade” e/ou “nacionalidade”, “profissão”, “sabe ler e escrever?” e “estado civil”³³; por fim, o campo “local do delito” é preenchido apenas com “S. Paulo” ou “Santos”, o que indica se o transferido foi enviado por ordem da polícia paulistana ou pela Delegacia Regional de Santos. Na imagem acima é possível observar ainda a separação feita para as entradas de 1933 e 1938, com a reta demarcando, sendo que as do segundo período contam apenas com nomes e datas de entrada e saída, o que dificulta o processo de localização de prontuários e conferência de homônimos. Outras constatações da peça são as marcas de combustão e páginas extraídas³⁴.

1.2 Dados do livro de entradas e saídas (1933)

O Presídio Político da Ilha dos Porcos (1931-1934) teve nesta primeira fase, ao mínimo, dois momentos. O primeiro foi entre o início de suas atividades, provavelmente junho de 1931, a até agosto de 1932, que por ocasião da guerra civil desencadeada por São Paulo pode ter tido suas atividades interrompidas. Para a primeira fase o ano de 1933 é emblemático, vez que é o que apresenta o maior número de informações a respeito da população encarcerada, ano também de grande repressão política no estado de São Paulo e que é possível identifica-la naquele espaço. Portanto, foi sistematizada algumas das inúmeras informações que este documento possibilita, mas para melhor contabilizar estes indicativos – como por exemplo identificar homônimos, descartar pseudônimos, confirmar que distintas entradas referem-se a mesma pessoa e dados biográficos adicionais – foi extremamente fundamental cruzá-los com os radiotelegramas (PEIAS), com ofícios da Delegacia Regional de Santos (ACADEPOL/APESP) e prontuários (DEOPS/APESP).

O livro traz 381 anotações com quatro caligrafias diferentes, 373 entradas confirmadas e 307 sujeitos possíveis identificados³⁵, selecionadas aqui as datas de entrada (16

³³ Tais são categorias que aparecem em prontuários de 1933 do acervo DEOPS/APESP. Em 1953, quando ocorreu a transformação do Instituto Correccional em Colônia Agrícola, foi definido que a internação precisava ser registrada em livro próprio, na qual o “Livro Especial conterá colunas para: a) - Número de ordem anual; b) - Nome; c) - Registro Geral; d) - Naturalidade; e) - Côr; f) - Idade; g) - Profissão; h) - Data da entrada; i) - Data da saída; j) - Data do exame de cessação de periculosidade; k) - Observações” (art. 5, § 2º, Decreto nº 22.687, de 31 de agosto de 1953).

³⁴ Conforme me orientou em comunicação pessoal a arqueóloga Rosivânia de Castro Aquino, o epicentro documental está corrompido por combustão em estado sólido de derivação indeterminada e sugere-se que possa ter sofrido intervenção proposital, vez que há indícios de páginas extraídas.

³⁵ As letras A e J possuem respectivamente 101 e 104 entradas, com 91 e 84 sujeitos identificados. Possuir estas duas, provavelmente em sua íntegra, permitiu perceber tendências que se repetem em outras letras.

dez. 1932 a 16 dez. 1933) e saídas (27 jan. 1933 a 26 mai. 1934) correspondentes a esta fase. Para a contagem foi feita uma importante distinção: o tempo passado na ilha, a pena imposta pela autoridade policial e o “local delito” foram feitos em relação ao total de entradas identificadas (373), portanto são contabilizadas as reentradas de um mesmo sujeito. Já a contagem sobre os dados biográficos foi feita em relação ao número de sujeitos identificados (307). Apesar do número considerado de informações não anotadas por aqueles que escreveram as entradas e saídas, é possível delinear um resultado parcial consistente.

De forma parcial podemos então apontar que parte da população era brasileira (66,12%)³⁶, branca (41,04%)³⁷, solteira (57,65%)³⁸, entre 18 a 22 anos (23,45%)³⁹, possuía alguma atividade profissional (48,53%)⁴⁰ e algum grau de alfabetização (49,84%)⁴¹. A maior parte foi enviada sob responsabilidade das delegacias da capital (65,68%)⁴² e submetida a uma pena de 90 dias (14,48%)⁴³ imposta pela autoridade policial, permanecendo em média 108,74

³⁶ Há também os não informados (21,50%) e estrangeiros (11,73%). De nacionalidade brasileira e possível de identificação estadual consta São Paulo (40,39%), “Minas Geraes” (9,36%), Rio de Janeiro e Distrito Federal (7,88%) e outros. A nacionalidade estrangeira mais presente foi a “Hespanha” (27,78%) – ver ANEXO A para todas as tabelas completas.

³⁷ Há também os não informados (25,08%), “Preto” (13,68%), “Moreno” (11,07%), “Pardo” (8,79%) e “Pardo Esc.” (0,33%). Uma categoria exógena “Não brancos” corresponde a 33,88%. Houve um caso contabilizado como “Pardo” que, o mesmo indivíduo em sua segunda entrada teve anotado “Moreno”, o que traz indícios sobre a atuação do agente estatal e a burocracia do estado em situações capilares no cotidiano. Myrian Sepúlveda dos Santos (2009) aponta que a Colônia Correccional de Dois Rios (CCDR) teve, para o período de 1906-1907, 44 brancos, 89 pardos e 42 pretos.

³⁸ Há também os não informados (26,71%) e casados (15,64%).

³⁹ Há também os não informados (23,13%), os de 23 a 27 (16,61%) e 28 a 32 (17,59%). Houve um caso de um sujeito internado aos 17 anos e 2 meses de idade. Segundo um aprisionado, “Centenas de homens, entre os quais vários menores de 14, 15 e 16 anos, nas mais revoltantes promiscuidades e corrupções, sujeitos ao contato com cancerosos, tuberculosos, portadores de chagas de mau caráter como os cancos, úlceras etc., em “Pavilhões” desprovidos de toda e qualquer especie de higiene” (CPDOC, carta destinada a Oswaldo Aranha, 20-03-1942). Lembrando que o “Código de Menores” (1927), apesar de instituir que “nenhum menor de 18 annos, preso por qualquer motivo ou apprehendido, será recolhido a prisão comum” (art. 86), abriu exceção em caso de “absoluta necessidade [...] póde este ser guardado preventivamente em algum compartimento da prisão commum, separado, entretanto, dos presos adultos” (§ 3º). Ainda, “em falta de estabelecimentos apropriados á execução do regimen creado por este Codigo, os menores de 14 a 18 annos sentenciados a internação em escola do reforma serão recolhidos a prisões comuns, porém, separados dos condemnados maiores, e sujeitos a regime adequado; - disciplinar o educativo, em vez de penitenciário (art. 87). É importante lembrar que na ilha funcionava um presídio político sem regulamento, o que talvez fuja do escopo do termo “prisão commum”.

⁴⁰ Há também os não informados (35,50%) e “sem profissão” (15,96%). Dos informados, “operário” correspondem a maior parcela (13,42%). Aparentemente este levantamento difere com os dados da Penitenciária do Estado para os anos de 1920-1928, conforme levantamento de Fernando Salla (2006, p. 211), informando que 66,4% dos presos eram lavradores. Destaco aqui, porém, que o Presídio Político, em 1933, não possuía sentenciados pelo judiciário.

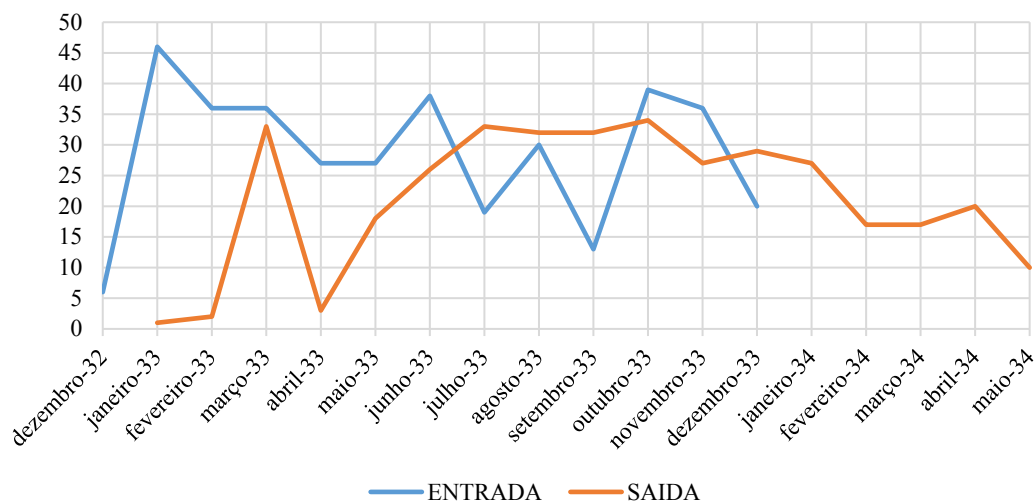
⁴¹ Há também os não informados (25,08%), os não instruídos (23,78%) e os anotados com “Assigna” (1,30%). Boris Fausto menciona que entre 1900-1916, na capital paulista, 53% dos presos possuíam “instrução”, sendo que “as informações posteriores a 1910 demonstram que ‘instrução’ equivale, maciçamente, quando muito, a saber ler e escrever” (FAUSTO, 1984, p. 87).

⁴² Os demais foram enviados pela Delegacia Regional de Santos (20,38%) e há também os não informados (13,94%).

⁴³ As penas não informadas correspondem a 55,50% das entradas. Há as de “90 dias” (14,48%) e as mais dúbias, anotadas como “Sem tempo”, “Até 2ª ordem”, “Tempo indeterminado” que juntas correspondem a 11,52% das penas.

dias aprisionados, ou seja, por volta de 3,5 meses⁴⁴. Ainda, foi possível traçar a dinâmica de entrada e saída, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Entradas e saídas por mês (dez. 1932 a mai. 1934)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do livro de matrículas (PEIA).

O gráfico, a partir dos dados parciais levantados, permite uma suposição: a possível relação entre o curto período de tempo de internação, em média de 3 meses está representada na distância entre entradas e saídas, pelo menos até o ponto de inversão em junho daquele ano. Ainda, permite estabelecer três hipóteses: 1) o maior número alcançado em janeiro/1933 pode tanto indicar o reestabelecimento da prisão pós guerra civil de 1932, quanto indicar que, finda a guerra, a repressão aos movimentos sociais e partidos políticos voltou a ser o foco; 2) em junho/33 há um segundo pico: pode indicar que no mês anterior – vez que foi identificado na pesquisa que presos políticos passavam de 20 a 30 dias na capital antes de serem transferidos para a ilha – houve repressão contra as greves preparadas para o 1º de maio e eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, talvez, em termos hipotéticos, estabelecida por repressão a comícios; 3) em outubro/33 parece indicar também um segundo momento de repressão no estado, quando foi possível identificar – em outros dados que aqui não estão presentes – uma repressão ordenada da polícia paulista contra partidos e sindicatos.

⁴⁴ Os maiores intervalos de tempo foram: 126 a 155 dias (21,28%), 66 a 96 dias (20,64%) e 97 a 125 dias (14,48%). Apenas onze entradas não possibilitaram cálculo do tempo de permanência na ilha (2,95%). O intervalo não exato (p. exp. 60, 90, 120 etc.) levou em consideração dois fatos: é perceptível que o cálculo de pena era fixado mais em relação ao mês completo do que os dias em si: se a entrada foi feita em 06/06/1933 e submetido a pena de 90 dias, a saída se dava em 09/06/1933, o que dá 92 dias. Adicionalmente há de se levar em conta que, por ser uma ilha, as saídas dependiam da disponibilidade de embarcações e segurança de travessia, o que poderia levar a um atraso de poucos dias a mais em alguns casos.

O cruzamento de dados provenientes de distintas fontes foi fundamental para recriar algumas trajetórias. Para o levantamento dos dados biográficos para aqueles que deram entrada em 1933, informações complementares foram extraídas de 16 prontuários do DEOPS, assim como de 16 ofícios da Delegacia Regional de Santos. Um dos exemplos é o caso de “Pedro Flores Galant”:

Tabela 3 - Produção de documentos sobre Pedro Flores (1911-1952)

NOME	DATA	INSTITUIÇÃO PRODUTORA
Pedro Flores Galan	01/08/1911	Hospedaria dos Imigrantes
Pedro Flores Gallant	09/01/1933	Delegacia Regional Santos
Pedro Flores Gallant	10/01/1933	Presídio Político Ilha dos Porcos - Livro de matrícula
Pedro Flores Galante	16/10/1933	Presídio Político Ilha dos Porcos - Livro de matrícula
//	09/07/1938	Colônia Correccional da Ilha Anchieta - Livro de matrícula
//	15/11/1938	Colônia Correccional da Ilha Anchieta - Livro de matrícula
//	26/11/1939	Presídio Político da Ilha Ilha Anchieta - Livro de matrícula
//	1950	Instituto Correccional da Ilha Anchieta - Seção responsável pela Lavanderia
//	18/01/1951	Instituto Correccional da Ilha Anchieta - Seção de Expediente
//	26/06/1952	Departamento de Ordem Política e Social

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos acervos do PEIA e APESP.

Pedro Flores chegou a Santos em 01-08-1911. Abordo do vapor “Provence” aos dois anos de idade, segundo o registro da Hospedaria, estava em companhia de seu pai, mãe, avô materno, três irmãs e um irmão, família protestante identificada como “família 47.790”⁴⁵. Vinte e dois anos mais tarde, em sua entrada no Presídio Político da Ilha dos Porcos, foi descrito como “moreno”, “solteiro”, “20”, “hespanhola”, “não sabe ler” e “jornaleiro” e em algum momento, ao passar pelas instituições policiais, recebeu o Registro Geral (RG) nº 292.831. Presente no ICIA em 1950, recebeu a matrícula nº 9.263. Em 1951, a data estimada para término de sua pena era 07-02-1963⁴⁶, mas após ter tomado parte na rebelião de 1952, quando já possuía o vulgo “Perico” (HORTA, 2013), foi novamente fichado e em seu prontuário DEOPS, de nº 16.816, foi descrito como sendo de “Málaga”, “solteiro”, “operário” e nascido em 03-06-1904, aliás, idades e datas de nascimento constantemente duvidosas⁴⁷. Casos como esse são quase todos, visto que os documentos das instituições são quase sempre parciais, mesmo em caso de prontuários que constam “Ficha de Antecedentes”. Para Pedro Flores, sabe-se também que teve

⁴⁵ Museu da Imigração do Estado de São Paulo, acervo digital, família 47790, livro 3ª, p. 176.

⁴⁶ PEIA, ofício s/n, “relação dos sentenciados aqui recolhidos, discriminando-se as respectivas penas e a data do termino das mesmas”, seção de expediente, 18-01-1951.

⁴⁷ APESP/DEOPS, prontuário nº 116.816.

passagens pela “Casa de Detenção” e “Penitenciária do Estado”, mas maiores detalhes por enquanto não foram localizados.

2. As lacunas

Como dito anteriormente, o acervo documental do PEIA para o período de 1931-1942 possui lacunas. Dos anos de 1931, 1932, 1936, 1937, 1939 e 1941 não foram preservados radiotelegramas, assim como a quantidade de 1933, 1934 e 1938 é abaixo da metade do que provavelmente foi produzido. Mas não apenas este arquivo morto possui suas faltas. O acervo da Delegacia Regional de Santos também possui seus desfalques. Documentação para os anos de 1931, 1934, 1937, 1941 e 1942 não são encontradas, salve algumas poucas divididas em prontuários, enquanto os de 1932, 1935 e 1938 possuem menos da metade dos meses preservados. Para o caso do PEIA há duas constatações precisas sobre os motivos da lacuna e uma hipótese adicional. As constatações são: as rebeliões e o descaso da administração. A hipótese que constitui a terceira via de explicação é a destruição deliberada de documentos do arquivo por parte da administração prisional em momento de exceção, neste caso o “estado de sítio” de 1935.

2.1 “Levante” e “dessidia”: comprometendo a “alma mater”

Basta haver a ação e local de aprisionamento para que haja uma reação de fuga. Uma das primeiras grandes ações coletivas com tal intuito na Ilha dos Porcos ocorreu em uma terça-feira, 09 de fevereiro de 1932, quando vinte aprisionados tentaram a liberdade⁴⁸, um “caso grave e urgente”⁴⁹, que mobilizou por cinco dias as delegacias de Ubatuba, São Sebastião, Caraguatatuba e Vila Bela⁵⁰. Tentativas mais individuais também tinham seu espaço, como a de “Viola” e outros dois em 24 de abril de 1932, num domingo, ou a de outros quatro, em 19 de janeiro de 1933⁵¹. Tantas outras ocorreram, mas não apenas na ilha: durante a construção de parte da estrada de rodagem entre Ubatuba e São Luiz do Paraitinga, na região da Serra do Mar, alguns aprisionados que foram destacados para o trabalho também fugiram – ou tentaram. Mas foi em uma segunda-feira que o primeiro “levante” confirmado ocorreu, em de 14 de março de 1933. Naquela ocasião, mais de onze conseguiram a fuga da ilha, mas só depois de atearem

⁴⁸ Dos vinte apenas três foram identificados a partir do livro de matrículas (PEIA). Cinco foram recapturados no bairro da Enseada, em Ubatuba-SP.

⁴⁹ APESP/ACADEPOL, caixa 517, ofício nº 1.243, 04-05-1932.

⁵⁰ APESP/ACADEPOL, caixa 516, ofício nº 541, 27-02-1932.

⁵¹ Segundo consta nas anotações do livro de matrículas (PEIA).

fogo ao prédio da administração, o que levou a duas consequências: a destruição da estação radiotelegráfica⁵² e a destruição de a parte do arquivo, o que motivou a solicitação da direção junto a Delegacia Regional de Santos, requisitando cópias de todos ofícios encaminhados por aquela repartição do final do ano de 1932 a até o 14 de março⁵³. Aliás, ofícios repostos que foram novamente eliminados em algum momento nos anos que viriam. Um ano mais tarde, enquanto o diretor estava em São Paulo por motivo de afastamento e sob sindicância, o subdiretor o informou que a informação e documento solicitado “provavelmente foi destruído pelos detentos no levante Março ano passado”⁵⁴.

Outras situações tomadas como hostis pela administração foram acontecendo com o passar dos anos, mas sem registro de destruição das dependências da administração. Em 02 de janeiro de 1948, por exemplo, os “menores que se insubordinaram” naquela manhã desencadearam uma troca na direção do então Instituto Correccional da Ilha Anchieta (ICIA), na qual o diretor, então civil, solicitou o envio urgente de dez soldados e passou o cargo ao tenente do destacamento, que solicitou “apoio sobre medidas enérgicas” ao secretário da Segurança Pública (HORTA, 2013). Mas nenhuma delas se compara quantitativamente a “rebelião” de sexta-feira, 20 de junho de 1952. Com uma população encarcerada que chegava a 453 naquele dia, uma sequência de eventos iniciadas pelas turmas de corte e transporte de lenha desencadeou a fuga de 125 sujeitos⁵⁵ e ao menos 15 mortes, na ilha (HORTA, 2013). De acordo com o responsável pelo Inquérito Policial Militar, o oficial da Força Pública e que por duas vezes foi diretor do ICIA, Paulo Vianna comentou que “acabaram por jogar querosene por toda parte e atear fogo [...] e o fogo queimou os arquivos todos e tudo o mais que ali havia [...] Nada restou da ala da administração do presídio” (VIANNA, 1981, p. 93).

⁵² “A segunda estação foi montada em Outubro de 1932, sendo destruída pelo levante de presos em Março de 1933” (PEIA, radiotelegrama nº 5/48, 24-01-1935).

⁵³ “Em atenção ao pedido constante do vosso ofício sob n 3/23, inclúas, todas as cópias dos ofícios que esta Delegacia dirigiu a esse Presidio, durante o mês de Dezembro o âno findo até 14 de Março do corrente âno. (APESP/ACADEPOL, caixa 519, ofício nº 872, 17-04-1933). O referido ofício nº3/23 não é um dos que foram preservados.

⁵⁴ PEIA, radiotelegrama nº4/304, 08-06-1934.

⁵⁵ PEIA, relatório da seção disciplinar assinado pelo chefe penal, 16-01-1953.

Figura 4 - “Fotografia parcial de uma das salas ocupadas como arquivo, destinada a mostrar os danos” (1952)



Fonte: DEOPS/APESP, prontuário nº 124.400.

Mas não apenas com “levante”, “rebelião” e querosene se destrói um arquivo. Em 25 de julho de 1940, o major João Candido Zanani de Assis chegou à Ilha Anchieta às 11:15⁵⁶, assumindo como diretor interino do Presídio Político da Ilha Anchieta, nomeado pelo Chefe de Polícia, a qual disse que cumpriria “com a maior satisfação as ordens emanadas de V. Excia”⁵⁷. Em seu primeiro dia como diretor constatou “inúmeras irregularidades no recebimento de tudo que entrava nesta Ilha”, estabelecendo assim uma comissão mista com militares e funcionários civis⁵⁸ para que fiscalizassem e registrassem todas movimentações em ata e em livro especial⁵⁹. Um mês após substituir Rosalvo Alves Loureiro⁶⁰, o recém empossado diretor fez um pedido ao “Chefe do Gabinete de Investigações” (GI), Antonio Gonzaga: a contratação de um auxiliar para a secretaria, de nome Odil Baur de Sá. Segundo Zanani, era “necessário com máxima urgência conseguir normalizar o serviço de expediente que, nada possuía em matéria de escrita regular”. Constata ainda “inúmeras irregularidades verificadas, quasi na totalidade do serviço desse departamento”, “alma mater da Administração”⁶¹. Os únicos documentos ainda hoje preservados de 1936 a 1940 são minutas manuscritas do segundo semestre de 1938, e mesmo os do primeiro semestre de 1940, ainda sob direção de Rosalvo, apenas constam manuscritos. Zanani, no mesmo dia que requisitou a contratação do auxiliar, radiotelegrafou ao comandante

⁵⁶ Conforme ele mesmo diz em seu primeiro radiotelegrama que permaneceu preservado, direcionado a sua esposa, que morava no Tatuapé (PEIA, radiotelegrama manuscrito nº 227, 26-07-1940).

⁵⁷ PEIA, radiotelegrama nº 305/40, 25-07-1940.

⁵⁸ Composta pelo médico, pelo comandante do destacamento e dois funcionários de categoria (PEIA, radiotelegrama nº 151/40, 18-09-1940).

⁵⁹ PEIA, radiotelegrama nº 131/40, 15-09-1940.

⁶⁰ É possível precisar que Rosalvo permaneceu como diretor, ao menos, entre agosto de 1938 a julho de 1940. Foi identificado em jornais da época notícias de viagens do então diretor a Três Corações-MG, assim como radiotelegramas de cunho pessoal endereçados a mesma cidade. Há probabilidade de, diferente da maioria dos outros casos, este diretor ser “civil”.

⁶¹ PEIA, radiotelegrama nº 35/40, 11-08-1940.

Euclides Marques Machado, Chefe do Serviço de Engenharia da Força Pública, mencionando a iniciativa tomada “devido ao grande acúmulo de trabalho nesta seção”, pontuando explicitamente que o indicado por ele ao cargo é “filho de nosso amigo Dr. Ismael”⁶², pedindo “ao bom amigo e superior, interceder com sua bem merecida influência, junto ao Dr. Gonzaga, afim de conseguirmos o que desejamos, quando V.S. aqui chegar nos intederemos melhor”, finalizando a mensagem com um “abraço de velho camarada”⁶³⁶⁴.

Às vezes questionado sobre processos atrasados e burocracias não cumpridas, o diretor comentou que era “avesso á essa irregularidade, que se deu graças a dessidia [preguiça] do artífice que trabalhava na secretaria, o qual alegando serviço em demasia, abandonou o cargo indo para a Capital”⁶⁵, ou “transmito o documento anexo, o qual achava-se entranhado no arquivo da Secretaria deste Presidio e foi encontrado em face da busca que se vem prosseguindo”⁶⁶. Até informações básicas, como o RG dos aprisionados, fundamental para identificar os homônimos ou aqueles que eventualmente não estavam mais presentes, objetos de transferências constantes, Zanini informou que “não ter sido encontrada uma relação que existia até certo tempo, a qual, até hoje procurada não foi possível encontra-la, apesar da busca que continua sendo feita nos papeis da secretaria”⁶⁷.

Situação também que acometia, segundo o então diretor, outras áreas da administração. Nas primeiras semanas inspecionou “detidamente” o Almojarifado⁶⁸ e três dias após ter comunicado o Chefe do GI solicitou o afastamento imediato do almojarife José Teixeira Pinto⁶⁹, que vinha “dificultando sobremodo a bôa marcha dos serviços”⁷⁰. Meses mais tarde constatou que “não existindo atualmente material algum que se possa aproveitar para a

⁶² Ismael de Sá Júnior, em 1940, era o Chefe do Serviço de Saúde na Ilha Anchieta. O médico servia de forma efetiva na ilha, provavelmente, desde 1933. Em 1940, o presídio contava também com o médico Jayme de Arruda Filho, descrito por um aprisionado como “esculápio que desconhece a alta missão que se acha investido” (FGV/CPDOC, carta destinada a Oswaldo Aranha, 20-03-1942).

⁶³ PEIA, radiotelegrama nº 36/40, 11-08-1940.

⁶⁴ Segundo um aprisionado, Zanani era “irrassivo e destituído de quaisquer conceitos de humanidade, de competencia e de moral. Mas temido pelas suas violencias e por ser um dos mais fervorosos asseclas do Tenente Coronel Euclides Marques Machado” (FGV/CPDOC, 21.03.1942).

⁶⁵ PEIA, radiotelegrama nº 219/40, 11-10-1940.

⁶⁶ PEIA, radiotelegrama nº 332/40, 25-11-1940.

⁶⁷ PEIA, radiotelegrama nº 334/40, 25-11-1940.

⁶⁸ PEIA, radiotelegrama nº 34/40, 11-08-1940.

⁶⁹ O primeiro almojarife foi Arthur Marcondes de Itaquy. Em 1933, Manoel Albuquerque Sobrinho, que em 1931 era “auxiliar de diretor” e foi substituído em janeiro de 1932 por Manoel Bica Filho, aparece como responsável pela seção e assim permanece até 1935. É possível identificar que José Teixeira Pinto já estava presente na Ilha Anchieta ao menos desde 1937 e permaneceu no cargo de almojarife até o fechamento da Colônia Agrícola da Ilha Anchieta, em 1955. Além do pedido de major Zanani pelo afastamento do funcionário em 1940, em agosto de 1942 foi alvo de um processo administrativo instituído pelo GI e, em junho de 1955, esteve sujeito a uma sindicância interna da Colônia Agrícola, acusado de “concitar” “vários internados a fazer um movimento de rebeldia” contra o então diretor Fausto Sadi.

⁷⁰ PEIA, radiotelegrama nº 39/40, 14-08-1940.

reorganização ora iniciada da escrita do Almojarifado deste Presídio, que não possuía uma base positiva para o desenvolvimento dos trabalhos daquela Secção” pediu que fossem confeccionados quatro livros especiais a partir de um modelo proposto por ele⁷¹.

2.2 Tempo de exceção e lacuna documental: hipótese para 1935

O acervo da Delegacia Regional de Santos, em especial a parte de ofícios, possui também suas lacunas. Há ofícios para o segundo semestre de 1930, mas não há para o ano de 1931. Para 1932, o último ofício é de 30 de junho, nove dias antes das tropas paulistas iniciarem a guerra civil. Em relação a 1933, o quarto trimestre está em falta e para o ano de 1934 não há ofícios. Para o ano de 1935, os registros vão até maio, logo após a aprovação da “Lei de Segurança Nacional” (LSN). De forma inédita, 1936 é o único período em que todos os meses estão contemplados. Mas quando chega a 1937, os ofícios vão até o final de setembro, quando ocorre a divulgação do Plano Cohen no dia 30 daquele mês. Depois, 1938 possui apenas os meses de maio e junho, enquanto 1939 e 1940 já apresentam maior quantidade, com quase todos os meses contemplados. De 1941 em diante não há mais registros.

E este breve preâmbulo para dizer que um dos eventos históricos em relação a Ilha Anchieta que merece atenção ocorreu em 1935 e não é possível obter mais informações justamente porque a outra parte envolvida diretamente nos acontecimentos, a Delegacia Regional, não possui sua parte das comunicações – em específico de seu delegado, Pedro de Alcântara de Carvalho Oliveira⁷². Em 25 de janeiro de 1935, a Colônia Correccional da Ilha Anchieta possuía uma população encarcerada de 79 homens⁷³ e com um contingente militar composto por apenas 15 praças⁷⁴. A primeira vista, pelas comunicações, o primeiro semestre daquele ano houve intenso fluxo de liberdades concedidas e algumas novas “levas”, como chamavam naquele ano, intercalado com pedidos de reforço militar – e a concreta perda sucessiva de militares para outros destacamentos –, cobrança de gêneros alimentícios de

⁷¹ PEIA, radiotelegrama n° 357/40, 01-12-1940.

⁷² Após ser delegado regional em Bauru, assumiu a Delegacia Regional de Santos em 20-08-1933, por decreto do interventor, cargo que voltou a ocupar em 01-05-1938, por ato do governador, e deixando o cargo novamente em abril de 1939. Nos anos 1930 teve passagens pelas delegacias especializadas de Segurança Pessoal e Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições e serviu como delegado comissionado na 1ª Circunscrição, em 1939. Interessante apontar que no mesmo período em 1939, Newton Feliciano de Santos, sem a designação de patente militar ou de *Bel.*, aparece como diretor do Departamento de Comunicações e Serviço de Rádio Patrulha, porém “cargo exercido em comissão pelo *Bel. Luiz Gonzaga Mendes de Almeida*” (APESP/NBH, Relatório das atividades da Polícia Civil, no exercício de 1939, Chefatura de Polícia do Estado de São Paulo, São Paulo, 1940, p. 85, itálico no original).

⁷³ PEIA, radiotelegrama n° 5/50, 25-01-1935.

⁷⁴ PEIA, radiotelegrama n° 5/59, 01-02-1935.

primeira necessidade, “drogas” farmacêuticas e inúmeras solicitações por materiais de construção.

Naquele período houve uma prática – que mudava a cada momento histórico – entre a Colônia e a Delegacia de Vigilância e Capturas: a diretoria informava os presos que seriam postos em liberdade e perguntava se havia algum impedimento para o ato. Assim, até 08 de fevereiro pode-se calcular que o número de encarcerados chegou a 99⁷⁵. Entretanto, a flutuação quantitativa não é o destaque do primeiro semestre, apenas o número absoluto que restou em determinado momento, ou melhor, o ato e motivo que o zerou.

Em 14 de março de 1935, o diretor major Newton Santos enviou um radiotelegrama ao Secretário da Segurança Pública, Christiano Altenfelder Silva:

Levo ao conhecimento de V. Excia. que soube por fonte fidedigna que o meritíssimo Juis da Comarca de Ubatuba, tenciona fazer nesta Ilha uma inspeção de caráter oficial.⁷⁶

Sugestivos os dois elementos componentes da relação social e política em cena, tal como o *segredo* e a *lealdade*, atores e relações que se movimentam sob a hierarquia e funcionalidade das instituições, permitindo a antecipação e manipulação dos eventos que dali poderiam ocorrer. A questão poderia ser interpretada pela aparência do aviso, talvez algo corriqueiro no cotidiano burocrático e maquiador das instituições, se não fossem alguns outros movimentos que compõem o cenário. Entre abril e junho os radiotelegramas expressam certa continuidade no modo de operação da instituição penal, mas com ligeira modificação: cessaram os pedidos de reforço militar, mas uma outra preocupação se mantinha, como esta demonstrada ao secretário da Segurança Pública, Arthur Leite de Barros:

Tenho a honra de comunicar a V. Excia que esta epocha apropriada iniciarmos serviços preparo culturas este anno. Infelizmente falta braços estamos diversos trabalhos parados. Serviços construções continuam regularmente. Solicito a V. Excia o **obsequio determinar seja aumentado numero detentos, sufficiente podermos produzir com maior eficiencia** em beneficio Estado. (grifo meu)⁷⁷

Se ainda a mão de obra era uma preocupação, tal como foi durante a construção da estrada na Serra do Mar em 1933, em junho e julho de 1935 a diretoria passou a agir de maneira diferente em relação a soltura dos aprisionados, libertando-os também em Ubatuba. Se em um primeiro momento a maioria era enviada a Santos para ser libertada ou encaminhada à delegacia

⁷⁵ PEIA, radiotelegrama n° 5/71, 08-02-1935.

⁷⁶ PEIA, radiotelegrama n° 5/181, 25-03-1935.

⁷⁷ PEIA, radiotelegrama n° 5/465, 20-06-1935.

da capital, além das consultas junto ao Gabinete de Investigação, em junho foi comentada a seguinte ordem:

Tenho a honra de passar as mãos de V. S. o incluso protocollado nº 13925 – classificação U-93 letra U, da delegacia de policia de Ubatuba, com a seguinte informação: informo a essa Directoria que os detentos, mandados pôr em liberdade pelas autoridades competentes, são apresentados por um funcionário desta Colonia ao sr. Delegado de policia de Ubatuba, **deixando de fazer por escripto**, em virtude de ordens superiores. (grifo meu)⁷⁸

Se por um lado a direção pedia mais “detentos” para “produzir com mais eficiencia”, em julho o presídio começou a comunicar sucessivas solturas a Delegacia de Taubaté, solicitando que a mesma informasse a Delegacia de São Luiz do Paraitinga⁷⁹. Em 10 de julho, por comunicação do diretor, doze foram libertados⁸⁰; em 13 de julho, dez⁸¹ e dia 15 mais cinco⁸². Eis que, por fim, “foram transportados últimos presos existentes nesta Colônia”⁸³. Em 16 de julho, terça-feira, os últimos sessenta foram enviados a Santos às 04 horas da manhã⁸⁴, abordos do navio “Aspirante Nascimento”⁸⁵. A pergunta ao diretor, que estava na capital, feita pelo subdiretor José Basílio de Almeida⁸⁶, como se tivesse sido pego de surpresa foi: “Serviços construções requerem muitos trabalhadores. Como vamos continua-los?”⁸⁷. Em seis dias, ao mínimo 27 foram libertados e outros 60 foram transferidos⁸⁸. A visita do juiz de Ubatuba ocorreria até o fim daquele mês.

Paralelamente a toda essa movimentação que ocorria na ilha, no dia 24 de julho, na capital, o deputado Romeu Campos Vergal, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e eleito pela Coligação Proletária, fez o seguinte requerimento:

pedindo informações ao sr. Secretario da Segurança Publica relativamente a ter sido enviada, para a Ilha dos Porcos, hoje Anchieta, uma leva de trabalhadores [...] Requeiro, [...] se peçam informações ao sr. Secretario da Segurança Publica, relativamente aos motivos e quaes os dispositivos legaes em que se fundamentam

⁷⁸ PEIA, radiotelegrama nº 5/427, 12-06-1935.

⁷⁹ Por enquanto não há registro de avisos da Colônia a Delegacia de Taubaté em outros períodos que não este. Não sabe-se, por enquanto, onde estes eram de fato libertados. Não sabe-se também seus nomes, conforme era praxe nas consultas do presídio junto ao Gabinete de Investigações.

⁸⁰ PEIA, radiotelegrama nº 5/521, 10-07-1935.

⁸¹ PEIA, radiotelegrama nº 5/539, 13-07-1935.

⁸² PEIA, radiotelegrama nº 5/545, 15-07-1935.

⁸³ PEIA, radiotelegrama nº 5/550, 16-07-1935.

⁸⁴ Até o momento e levando em conta toda pesquisa já feita no PEIA, este é o primeiro relato de atividade marítima de escolta e transferência que tenha ocorrido no período noturno.

⁸⁵ PEIA, radiotelegrama nº 5/546, urgente, 16-07-1935.

⁸⁶ A primeira referência com o nome completo do citado subdiretor é datada de março de 1935: “José Basílio de Almeida, sub-diretor, brasileiro, com 41 annos de idade, casado” (PEIA, radiotelegrama nº 5/128, 04-03-1935).

⁸⁷ PEIA, radiotelegrama nº 5/551, 16 -07-1935.

⁸⁸ O sargento Benedito foi o comandante da escolta e possuía “instruções completas maneiras agir”, ainda não sendo possível determinar se estes 60 foram postos em liberdade em Santos ou se permaneceram presos no continente.

aquella autoridade publica para enviar, sem culpa formada e sem sentença judiciaria nem processo, uma leva de trabalhadores para a conhecida Ilha dos Porcos, hoje Anchieta.⁸⁹

Por falta de quórum o requerimento não foi votado em duas ocasiões, sendo finalmente apreciado e aprovado três dias depois⁹⁰. A resposta foi lida no plenário da ALESP em 20 de agosto, quase um mês depois. O Superintendente de Ordem Política e Social, Egas Botelho, afirmou que “não se deu remessa de nenhum preso de ordem politica nem de ordem social para aquella Ilha” e que se tratava de “boatos” do jornal “A Platéia”. Encaminhou ainda mais duas respostas: a Delegacia de Ordem Social informou que “nenhum preso e muito menos nenhuma “leva de trabalhadores” foi encaminhada para o Presidio da Ilha Anchieta, enquanto a Delegacia de Ordem Política reforçou que “nenhum preso, tão pouco “leva de trabalhadores”, foi encaminhada á Ilha Anchieta por esta Delegacia”⁹¹ ⁹². Portanto, aparentemente, sem “inimigos” e sem “leva de trabalhadores”.

Voltando a ilha, nos radiotelegramas daquele ano há menção a dois membros do judiciário: em fevereiro foi citado José Aristides de Moraes, promotor público em Ubatuba⁹³; já em outubro, dentre as últimas comunicações que saíram da ilha e que foram preservadas, mencionam o juiz de direito “Joaquim Sillos Cintra”⁹⁴. A resposta parcial ao evento da visita do juiz é respondida pelo verso rasgado e deteriorado do livro de matrículas, mencionado na primeira seção desta comunicação.⁹⁵

⁸⁹ IMPRENSA OFICIAL, Diário Oficial, ano 45, n° 170, 25-07-1935, p. 14.

⁹⁰ IMPRENSA OFICIAL, Diário Oficial, ano 45, n° 173, 28-07-1935, p. 15.

⁹¹ IMPRENSA OFICIAL, Diário Oficial, ano 45, n° 192, 21-08-1935, p. 15.


⁹² Não foi possível atestar a ação das delegacias de Ordem Política e Ordem Social para aquele ano, por dois motivos: 1) assim como em 1933, quando a Ordem Social enviava algum aprisionado a ilha, todo o trâmite era feito pela Delegacia de Vigilância de Capturas ou via ordem do GI, portanto os radiotelegramas enviados de 1935 (PEIA) não mencionam as citadas delegacias; 2) mesmo em 1933, quando essas transferências ocorriam, não há um radiotelegrama que demonstre isso e é possível identificar a prática apenas através de alguns prontuários (DEOPS).

⁹³ PEIA, radiotelegrama n° 5/109, 24-02-1935.

⁹⁴ PEIA, radiotelegrama n° 5/752, 12-10-1935.

⁹⁵ Natural de Santa Cruz das Palmeiras (SP), formou-se na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em 1929. Ingressou como Juiz Substituto em 1933, exercendo suas funções nas Comarcas de Ubatuba, Monte Aprazível, São Manuel, São José do Rio Preto e Campinas; na capital, foi Juiz Presidente do Tribunal do Juri e da Vara das Execuções Criminais. Nomeado desembargador em 1949, foi presidente do TJ-SP no biênio 1962/1963 e governador estadual substituto entre agosto a outubro de 1962. Aposentou-se em 1970, como Presidente da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça, e, igualmente, do TRE-SP.

Figura 5 - “Visto em Correção Ilha Anchieta, 30-7-935 o juiz de direito Joaquim de Sylos Cintra

A photograph of a piece of aged, yellowish paper with handwritten text in red ink. The text is written in a cursive script and reads: "Visto em correção", "Anchieta, 30-7-935", "o juiz de direito", and "Joaquim de Sylos Cintra". The paper shows signs of wear, including a tear on the left side and some discoloration.

Fonte: PEIA.

Em seis dias, 87 aprisionados foram retirados da ilha. Menos de duas semanas depois, o juiz Joaquim de Sylos Cintra a vistoriou. Provavelmente um dia ou até no mesmo dia finda a inspeção, o diretor Newton Santos enviou o sugestivo radiotelegrama ao delegado regional de Santos:

Para os devidos fins comunico-vos que o Meretíssimo Juiz Comarca Ubatuba, viajou esta Colonia em caracter oficial, tendo aqui permanecido por espaço de trez dias, levando de tudo optima impressão. **Afim de reiniciarmos nossos trabalhos, solicito vossos bons officios no sentido de serem encaminhados novas levas de trabalhadores** (grifo meu).⁹⁶

Com a diminuição dos radiotelegramas preservados ao longo do segundo semestre, os que restaram trazem poucos indícios do que estava ocorrendo na ilha. O único movimento mais preciso foi em 29 de agosto, quando o secretário da Segurança Pública, Arthur Leite de Barros visitou a Colônia⁹⁷. Mas em 08 de outubro, o diretor enviou de São Paulo um radiotelegrama ao subdiretor solicitando que os pavilhões e demais dependências do presídio que estivessem sendo utilizadas como residências pelos familiares de funcionários fossem desocupadas, o que pode indicar que, enfim, as novas “levas” chegariam⁹⁸.

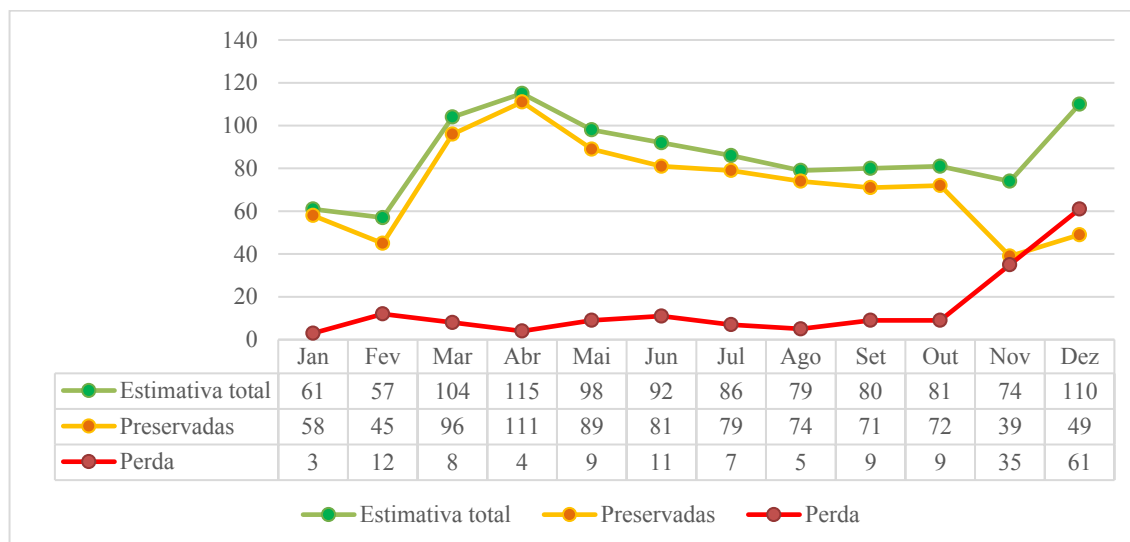
A partir de tamanha parcialidade, os questionamentos possíveis se multiplicam. Como dito anteriormente, os ofícios preservados enviados pela Delegacia Regional de Santos durante o ano de 1935 vão até maio e a resposta do delegado não foi preservada. E os do PEIA? Ao fazer uma tentativa de quantificação de quantos foram enviados (aproximadamente 1.037), quantos preservados (864) e quantos foram perdidos (173), o resultado é este:

⁹⁶ PEIA, radiotelegrama n° 5/576, 02-08-1935.

⁹⁷ PEIA, radiotelegrama n° 5/639, 29-08-1935.

⁹⁸ PEIA, radiotelegrama n° 24, 08-10-1935.

Gráfico 3 - Estimativa de radiotelegramas enviados, preservados e perdidos - 1935



Fonte: Tabela e gráfico elaborado pelo autor a partir do arquivo morto PEIA.

Aproximadamente 83% foram preservados. Mas em novembro a taxa de perda vai a 47% e dezembro chega a 55%. Se em abril houve a “Lei de Segurança Nacional” (LSN)⁹⁹, em novembro foi decretado por trinta dias o “estado de sítio”¹⁰⁰ frente o combate contra a “Intentona Comunista”, ato prorrogado por mais noventa dias em dezembro¹⁰¹ e que culminaria no decreto do “estado de guerra” em março de 1936, conquistando o governo o intuito de suspender das garantias constitucionais de 1934, ainda preservadas no “estado de sítio” (MARQUES, 2013). Portanto, a perda pode estar mais relacionada ao momento socio-histórico (a formalização do estado de exceção) do que necessariamente ocultar as práticas aqui questionadas, o que responderia a pergunta, por exemplo: se as de novembro e dezembro foram deliberadamente descartadas, por que os radiotelegramas sobre “fonte fidedigna” e outros fatos também não o foram? Talvez, e como disse Marc Bloch (2001) sobre o *testemunho involuntário*, mais do que dizer sem querer dizer, pode ser que, fora da exceção, apenas escreveram sem imaginar que alguém as veriam.

⁹⁹ BRASIL. Lei nº 38, 04-04-1935. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>>. Acesso em 30 nov. 2019.

¹⁰⁰ BRASIL. Decreto nº 457, 26-11-1935. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-457-26-novembro-1935-516652-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 30 nov. 2019.

¹⁰¹ BRASIL. Decreto nº 532, 24-12-1935. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-532-24-dezembro-1935-502361-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 30 nov. 2019.

Considerações finais

Esta comunicação pretendeu abordar de forma mais direta e informativa parte das características, dificuldades e algumas etapas que compõem a realização desta pesquisa documental, que tem por ponto de partida um acervo que provém das atividades de uma extinta instituição prisional. Assim, foi privilegiada para este espaço interdisciplinar e também não estritamente acadêmico, uma exposição mais ampla de um acervo pouco conhecido e de experiências do processo de pesquisa, não necessariamente dos temas que podem ser extraídos para discussão mais analítica, de acordo a literatura historiográfica, sociológica e antropológica.

O acervo do PEIA aqui exposto possui mais de sete décadas de história. E a trajetória desses documentos também possuem uma narrativa que indicam importantes informações sobre aquele objeto, que metamorfoseava de acordo com o tempo social. Os documentos da antiga prisão e da Delegacia Regional de Santos sofreram influências diretas dos momentos de exceção, perceptíveis nas lacunas de 1932, 1935 e 1937, por exemplo. Ainda, para o caso do PEIA, em mais de quatro mil folhas há apenas um radiotelegrama que menciona um sujeito encarcerado sob motivos do “estado de emergência”. Não há menção a “comunistas”, sindicalistas, grevistas e tantos outros que lá foram encarcerados no início da década de 1930. A conjugação de distintas fontes documentais, visando a reconstrução das trajetórias entre as delegacias e a prisão foi condição obrigatória para identificar todo um processo social de repressão e encarceramento ainda a ser detalhado.

Referências bibliográficas

AMARAL, Ana Luiza de Castro. **O Levante que parou uma Ilha**: memória do Instituto Correccional da Ilha Anchieta e Ações dos Filhos da Ilha. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Rio de Janeiro-RJ, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio V. L.; SWENSSON Jr., Walter C. **No coração das trevas**: o DEOPS/SP visto por dentro. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

COCICOV, Jorge. **Castigo e morte**: búlgaros e gagaúzos bessarabianos na Ilha Anchieta. Ribeirão Preto: Husky Comunicação Visual, 2017.

DIAS, Benedito Nunes. **Motim da Ilha**. São Paulo: Soma, 1984.

DUARTE, Paulo. Ilha Anchieta, uma burla sórdida. **Revista Anhembi**, São Paulo-SP, 1952.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FERREIRA, Dirceu Franco. **Rebelião e reforma em São Paulo**: aspectos socioeconômicos e desdobramentos políticos da primeira fuga em massa de um presídio brasileiro (Ilha Anchieta, 1952). Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo-SP, Universidade de São Paulo, 2016.

_____. Produção da delinquência e rebelião: a fuga de presos da Ilha Anchieta em 1952. **Revista de História**, nº 177, Departamento de História, FFLCH-USP, São Paulo, 2018.

FRANCO, Augelani Maria Parada. **Ilha Anchieta**: memórias de um Herói Relegado. Pouso Alegre: Gráfica Amaral, 2001.

GUILLAUMON, J. R.; MARCONDES, M. A. P.; NEGREIROS, O. C.; MOTA, I. S.; EMMERICH, W.; BARBOSA, A. F.; BRANCO, I. H. D. C.; CAMARA, J. J. C.; OSTINI, S.; PEREIRA, R.T. L.; SCORVO-FILHO, J. D.; SHIMOMICHI, P. Y.; SILVA, D. A.; MELONETO, J. E. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Anchieta**. Instituto Florestal – Série Registros, São Paulo, 1989.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, p. 143-179, 2009.

HORTA, Filipe Moreno. **Ordenação, disciplina e punição militar**: a ausência da vigilância e a presença de um suplício no Instituto Correccional da Ilha Anchieta (1942-1953). Monografia (Graduação em Ciências Sociais). São Carlos-SP, Universidade Federal de São Carlos, 2011.

_____. **Dia de rebelião**: as margens do Estado no cotidiano civil-prisional da Ilha Anchieta (1942-1955). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Rio de Janeiro-RJ, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

MARQUES, Raphael Peixoto de Paula. Estado de exceção e mudança (in)constitucional no Brasil (1935-1937). **História Constitucional**, n. 14, p. 353-386, 2013.

MELO, Coronel Edilberto de Oliveira. O levante da Ilha Anchieta. In: **O salto na Amazônia**: e outras narrativas. São Paulo: Polícia Militar, 1979.

OLIVEIRA, Samuel Messias de. **Ilha Anchieta**: rebelião, fatos e lendas. Taubaté: Rubens Artes Gráficas, 2001.

_____. **O prisioneiro do Pavilhão 6**. São Benedito: Pindamonhangaba, 2005.

OKUHARA, Mario Jun. **Yami no Ichinichi**: o crime que abalou a Colônia Japonesa no Brasil. Documentário, 1h22min, 2012.

PASQUANTONIO, Marcos. **Em nome da ordem, cotidiano, luta e rebelião na Ilha Anchieta (1940-1952)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo-SP, Pontifícia Universidade Católica, 2002.

PANAZZOLO, Vinícius. **Ilha Anchieta, o Alcatraz brasileiro!** A rebelião penitenciária de 1952. Monografia (Licenciatura em História). Taubaté-SP, Universidade de Taubaté, 2002.

PEDROSO, Regina Célia. **Os signos da opressão**: história e violência nas prisões brasileiras. Coleção Teses e Monografias, v. 5. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PINTO, Teixeira José. **Um inferno no paraíso**: presídio da Ilha Anchieta. (Manuscrito), 1964.

ROBIM, Maria de Jesus. **Análise das características do uso recreativo do Parque Estadual da Ilha Anchieta**: uma contribuição ao manejo. Tese (Doutorado em Ecologia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 1999.

ROBIM, M. J.; VILAR, D. D.; FONSECA, F. P.; COCCO, M. D. A. Caminhos para a conservação do patrimônio cultural em unidades de conservação: o caso do Parque Estadual da Ilha Anchieta. **OLAM Ciência & Tecnologia** - Rio Claro-SP, Brasil, ano VIII, v. 8, n. 2, p. 104-130, 2008.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo (1822-1940)**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2006.

SALLA, Fernando. Rebelião na Ilha Anchieta em 1952 e a primeira grande crise na segurança pública paulista. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 8, n. 4 out/nov/dez, p. 633-658, 2015.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Os porões da República**: a barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SILVA, Ary da. **Quando as colunas alçavam ao céu**. Piracicaba. 1981.

VIANNA, Paulo. **A Ilha Anchieta e eu**. Taubaté: Gráfica Minerva, 1986.

_____. **O Levante da Ilha Anchieta... e algo mais**. Taubaté: Gráfica Minerva, 1987.

ANEXO A

ANOTAÇÕES

Item	Total
Anotações	381
Sem efeito	8
Entradas	373
Sujeitos	307

NATURALIDADE

Item	Total	%
brasileiro	203	66,12%
estrangeiro	36	11,73%
não informado	66	21,50%
ilegível	2	0,65%
TOTAL	307	100,00%

Item	Total	%
Alagôas	3	1,48%
Amazonas	1	0,49%
Bahia	7	3,45%
Ceará	2	0,99%
Espírito Santo	0	0,00%
Goiás	2	0,99%
Maranhão	1	0,49%
Maranhão	2	0,99%
Matto Grosso	0	0,00%
Minas Geraes	19	9,36%
Pará	1	0,49%
Parahyba	2	0,99%
Paraná	1	0,49%
Pernambuco	6	2,96%
Piauí	0	0,00%
Rio de Janeiro e DF	16	7,88%
Rio Grande do Norte	3	1,48%
Rio Grande do Sul	12	5,91%
Santa Catharina	3	1,48%
São Paulo	82	40,39%
Sergipe	5	2,46%
Território do Acre	0	0,00%
"Brasileiro"	35	17,24%
TOTAL	203	100,00%

Item	Total	%
Argentina	3	8,33%
Estados Unidos	1	2,78%
Hespanha	10	27,78%
Italia	3	8,33%
Lituania	1	2,78%
Polonia	1	2,78%
Portugal	15	41,67%
Russia	1	2,78%
Turquia	0	0,00%
Uruguai	1	2,78%
TOTAL	36	100,00%

TEMPO NA ILHA

Item	Total	%
até 35 dias	29	7,77%
36 a 50 dias	24	6,43%
51 a 65 dias	32	8,58%
66 a 96 dias	77	20,64%
97 a 125 dias	54	14,48%
126 a 155 dias	79	21,18%
156 a 185 dias	42	11,26%
186 a 215 dias	19	5,09%
216 a 245 dias	3	0,80%
246 a 275 dias	3	0,80%
acima 275 dias	0	0,00%
incalculável	11	2,95%
TOTAL	373	100,00%

PROFISSÃO

Item	Total	%
não informado	109	35,50%
sem profissão	49	15,96%
com profissão	149	48,53%
TOTAL	307	100,00%

Item	Total	%
Açougueiro	1	0,67%
Ajudante Chauffeur	1	0,67%
Ajudante Encanador	1	0,67%
Alfaiate	2	1,34%
Aprendiz torneiro	1	0,67%
Artista	1	0,67%
Barbeiro	2	1,34%
Carroceiro	3	2,01%
Chacreiro	1	0,67%
Chauffeur	1	0,67%
Comercio	17	11,41%
Cosinheiro	4	2,68%
Eletricista	2	1,34%
Empreiteiro	1	0,67%
Encanador	1	0,67%
Ensacador	2	1,34%
Estivador	9	6,04%
Estudante	1	0,67%
Ferreiro	1	0,67%
Ferrováriario	2	1,34%
Foguista	3	2,01%
Funcionario Publico	0	0,00%
Fundidor	2	1,34%
Funileiro	1	0,67%
Jardineiro	1	0,67%
Jockey	1	0,67%
Jornaleiro	6	4,03%
Ladriheiro	1	0,67%
Lavrador	7	4,70%
Lustrador	1	0,67%
Machinista	1	0,67%
Marceneiro	1	0,67%
Marinheiro	0	0,00%
Marítimo	8	5,37%
Mechânico	4	2,68%
Militar/Desertor	0	0,00%
Motorista	2	1,34%
Oleiro	1	0,67%
Operario	20	13,42%
Padeiro	4	2,68%
Pedreiro	12	8,05%
Pintor	10	6,71%
Sapateiro	2	1,34%
Serralheiro	2	1,34%
Serv. Pedreiro	4	2,68%
Tintureiro	1	0,67%
TOTAL	149	100,00%

IDADE

Item	Total	%
não informado	71	23,13%
menor 18	1	0,33%
18 a 22	72	23,45%
23 a 27	51	16,61%
28 a 32	54	17,59%
33 a 37	20	6,51%
38 a 42	13	4,23%
43 a 48	13	4,23%
acima 48	11	3,58%
conflitante	1	0,33%
TOTAL	307	100,00%

PENA

Item	Total	%
não informado	207	55,50%
20 dias	1	0,27%
30 dias	1	0,27%
45 dias	21	5,63%
60 dias	16	4,29%
90 dias	54	14,48%
120 dias	15	4,02%
135 dias	1	0,27%
180 dias	13	3,49%
sem tempo	36	9,65%
até 2ª ordem	3	0,80%
tempo indeterminado	4	1,07%
liberdade condicional	1	0,27%
TOTAL	373	100,00%

"CÔR"

Item	Total	%
não informado	77	25,08%
branco	126	41,04%
marrom	0	0,00%
moreno	34	11,07%
pardo	27	8,79%
pardo esc.	1	0,33%
preto/a	42	13,68%
TOTAL	307	100,00%

Item	Total	%
branco	126	41,04%
não brancos	104	33,88%
não informado	77	25,08%
TOTAL	307	100,00%

ESTADO CIVIL

Item	Total	%
não informado	82	26,71%
solteiro	177	57,65%
casado	48	15,64%
TOTAL	307	100,00%

INSTRUÇÃO

Item	Total	%
não informado	77	25,08%
sim	153	49,84%
não	73	23,78%
assigna	4	1,30%
TOTAL	307	100,00%

"LOCAL DELITO"

Item	Total	%
São Paulo	245	65,68%
Santos	76	20,38%
não informado	52	13,94%
TOTAL	373	100%